



# Cidades Médias Brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: cidades de comando regional

Brazilian Medium Cities from a new denominational and conceptual look: command regional cities

*Juscelino Gomes Lima<sup>1</sup>, doutorando em Desenvolvimento Regional, geocelino@hotmail.com*

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Mestre em Geografia. Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

## RESUMO

No presente texto, pretendemos apresentar uma alternativa denominacional e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos/critérios de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais. Optamos pela metodologia da análise, promovendo um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Contribuem aqui Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Corrêa (2002; 2007); Fresca (2009), Sposito (2007), entre outros. A partir deste diálogo, resulta um novo olhar teórico/conceitual junto à literatura urbana regional: a organização de um quadro sintético, a partir de diferentes pensadores, contendo amostragens de elementos que foram e podem ser considerados na construção/reflexão sobre tais cidades. A partir dessa amostragem é sugerido uma nova proposição denominacional e conceitual: "Cidades de Comando Regional".

**Palavras Chave:** Transformações urbanas; Cidades médias; Região.

## ABSTRACT

This study aims to introduce a denominational and conceptual alternative to the cities grouping, qualified as medium. The identification of other new analysis elements/criteria which grounds in the conceptual construct, what contributes to a forward-looking of the discussion about these cities of strong representations and expressions, remarkably regional. It was chosen an analysis methodology, promoting a dialogue among authors of different theoretical aspects. Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Corrêa (2002; 2007); Fresca (2011), Sposito (2007), among others, contribute to this study. As from this dialogue, it results a new theoretical/conceptual look along the urban regional literature: the organization of a synthetical profile, starting from different thinkers, containing elements sampling which were and may be considered in these cities construction/reflection. As of this sampling is suggested a new denominational and conceptual proposition: "Command Regional Cities".

**Keywords:** Urban transformations; Medium cities; Region.

## INTRODUÇÃO

Partindo do senso comum, muitas vezes, quando pensamos em cidades, tradicionalmente recorremos à noção de seus tamanhos. Se é demasiadamente grande, é denotada de imediato como desenvolvida, envolta de progresso material, um ótimo lugar para se viver, dada suas capacidades e potencialidades, seja para um recorte regional e/ou país. Caso contrário, quando menores, não passam de uma representação construída no espaço, de baixa expressividade/importância regional, de grande dependência a outros centros urbanos, além de serem deficitárias infraestruturalmente. Desse ponto de vista, somos levados a imaginar, uma classificação de tamanho que há entre a grande e a pequena cidade: a média cidade, marcada por certa representatividade/importância.

O conhecimento das espacialidades urbanas, através da classificação em grandes, médias e ou pequenas, tende a nos induzir a vê-las quase sempre, em sentido quantitativo, quando na verdade, independente de suas dimensões espaciais e importâncias inter e ou intraregionais, são sempre, na escala intraurbana, fragmentadas e articuladas, “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (Corrêa, 2002).

Pensando dessa forma e pretendendo a partir de aqui, contribuir com debate proposto, algumas questões nos inquietam: que elementos/critérios convergem para definição das terminologias das cidades, particularmente, as denominadas cidades médias brasileiras? Não estaria a falta de um consenso acerca do uso do termo médio e suas variantes para estas cidades enrijecendo o avançar dos debates acadêmicos? Até que ponto, o termo médio, sobre estas cidades, dá conta de explicar as realidades ímpares em diferentes recortes regionais do país?

Cabe antes da investigação, para as respostas, pontuar que estes questionamentos não ensejam a anulação e ou contrariedade dos debates até então numéricos e qualitativamente existentes, pelo contrário. Se assim fosse, não teríamos condições de um diálogo aqui mais aprofundado. A questão versa na possibilidade da persistência dos termos/nomenclaturas que ainda colaboram para a ideia quantitativa do que são e representam estas cidades, daí a proposição conceitual como alternativa para um novo debate conceitual.

Por meio das inquietações, alertamos que não pretendemos encerrar o debate para as respostas das longínquas e ricas discussões sobre o tema em exposição, uma vez que tão importante como “definir preteritamente a escala de abordagem da investigação é a não definição do centro urbano como cidade média antes da realização da pesquisa, uma vez que a cidade deve ser primeiramente analisada para depois ser definida como média [...]” (Oliveira; Soares, 2014).

No presente texto, pretendemos apresentar uma alternativa denominal e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos/critérios de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais.

Optamos pela metodologia da análise, promovendo um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Contribuem aqui Amorim Filho (2001), Castello Branco (2006), Corrêa (2002; 2007); Fresca (2011), Sposito (2007), entre outros. A partir deste diálogo, resulta um novo olhar teórico/conceitual junto à literatura urbana regional: a organização de um quadro sintético, a partir de diferentes pensadores, contendo amostragens de elementos que foram e podem ser

considerados na construção/reflexão sobre tais cidades. A partir dessa amostragem é sugerido uma nova proposição denominacional e conceitual: “Cidades de Comando Regional”.

O artigo é constituído de quatro seções: (i): 1. Tamanho é documento? Debates e divergências conceituais sobre cidades médias; (ii) Inscrição da cidade na Região: quadros de uma orientação política; (iii) Cidades de Comando Regional: Nova perspectiva teórico/conceitual. (iv) À guisa de uma conclusão. Na primeira seção, são apontadas algumas das principais diretrizes teóricas/conceituais que tradicionalmente têm fundamentado o conceito de cidades médias. Já na segunda parte, aborda a inserção da cidade no contexto regional, apontando suas nuances, orientadas por interesses políticos, considerando os desafios de sua integração nas escalas dos investimentos produtivos. A apresentação de uma proposta teórico/conceitual é reservada ao terceiro momento do escrito. Finaliza a composição, além de um breve panorama conclusivo, norteado por respostas às perguntas tecidas em parágrafos iniciais desta introdução, também, a lista de referências teóricas, com as quais travamos diálogos.

### **TAMANHO É DOCUMENTO? DEBATES E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS SOBRE CIDADES MÉDIAS**

O termo cidades médias advém da literatura e pensamento francês: *villes moyennes*. Tal denominação inaugural resulta de esforços de políticas de descentralização territorial – o *aménagement du territoire* – marco influenciador da construção de nosso pensamento teórico/conceitual acerca destas cidades. É creditado a Rochefort, em importante trabalho acadêmico francês, esta inauguração, ao sintetizar as formas de organização urbana da Alsácia, em três níveis hierárquicos e funcionais na rede urbana francesa: grandes cidades, cidades médias e organismos urbanos elementares.

No Brasil, da nomenclatura cidade média, muitas outras foram derivadas: “intermédia/intermediárias”; de “porte médio”. O uso do primeiro termo, no entendimento de Sanfeliu e Torne (2004), diz respeito ao papel de articulação em que tais cidades fazem ao criar e tecer redes; por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos que abrem novas possibilidades de inserção nas escalas regional, nacional e mesmo internacional.

Colabora ainda nesse ponto, o pensamento de Bravo (1997), ao expor que o termo intermédia/intermediário se faz em um formato:

esencialmente relativo, dependiendo de su tamaño, de los límites demográficos establecidos, con base en diversos factores, entre los cuales se destaca, la extensión geográfica del contexto nacional respectivo. Las ciudades medias o intermedias corresponden a realidades territoriales caracterizadas por primacía de las relaciones y funciones urbanas; distintas formas de la relación con los entornos rurales regionales en que se inscriben; un tamaño poblacional medio en relación con la estructura nacional del país que le corresponde; nivel de especialización económica productiva suficiente y una perspectiva de desarrollo posible en función de los factores antes mencionados (Bravo, 1997).

É visto aí, a ideia de conexão, revelada em escalas de ligação, entre diferentes partes (cidades) de um território e ou região. Ainda que não suscite diretamente a noção numérica, denota uma condição de estágio evolutivo que as cidades passam. A segunda derivação toma como parâmetro o critério populacional, que por si só não dá conta de explicar o que é uma cidade em processos

dinâmicos de transformação, oportunidade que Santos (2005) nos mostra que aceleram a organização espacial urbana, o histórico de sua formação, as atividades que nela são realizadas e os objetos de que estas dependem para se efetivar.

Ainda na composição deste entendimento, Amorim Filho e Rigotti (2002) informam que “[...] os limites definidores do pequeno e do médio não são universais ou ubíquos [...]”. Acrescentam que “[...] um critério arbitrário como o volume populacional pode implicar em consideráveis modificações durante um dado período de tempo [...]”.

A princípio, as diferentes formas de denominação causam confusão, pois do ponto de vista analítico e interpretativo não se sabe, ainda, de maneira exata, se estamos diante de uma terminologia, definição ou classificação (FRANÇA *et al*, 2009). Uma visão complementar e avançada é a de Correa (2007), ao pronunciar a noção do que seria a cidade média aquela derivada a partir de uma construção intelectual, e enquanto tal, organizada em determinado conceito histórico e geográfico.

Por outro lado, o propalado termo médio, mensuraria as cidades como:

[...] aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar e até pôr em risco a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas. (Amorim Filho; Serra, 2001).

O pensamento em destaque nos força a ver tais cidades como possibilidades de atendimento de necessidades das áreas metropolitanas. Esse fato reforçou o papel (para não dizer “missão”) dado a este agrupamento de cidades, na Europa, nos idos de 1970, fruto de planejamentos, com vistas ao melhor funcionamento dos territórios e suas redes urbanas. Tais cidades, apontam Ferrão, Henrique e Neves (1994) se constituíram como as únicas salva guardas, cujas dimensões garantiriam o processo de economias externas e às quais se associavam outras de seu tamanho, dentro de um quadro regional, suficientemente aptas ao recebimento dos benefícios da concentração de atividades externas.

Para realidade brasileira, tal interpretação ganhou sentido por meio dos projetos e políticas de ordenamento territorial, no final dos anos de 1970, onde esses atributos foram sintetizados em:

a) interações constantes com seu espaço regional subordinado e aglomerações superiores; b) tamanho demográfico e funcional suficiente para desempenhar o papel de centro de crescimento regional; c) capacidade de receber e fixar migrantes servindo como pontos de interrupção do movimento migratório na direção de grandes cidades; d) e diferenciação do espaço intraurbano, com centro funcional e uma periferia dinâmica (Amorim Filho; Serra, 2001).

Como se vê, a expansão do uso do termo médio, frente às questões sociais problemáticas que por aquele tempo já assolavam os grandes centros metropolitanos brasileiros, foi notorizada por impregnar a estes agrupamentos urbanos, os valores de prestatividade, de depósito produtivo dos grandes centros urbanos, além de terem sido pensados como núcleos urbanos fixadores de movimentos populacionais, rumo às grandes cidades, notadamente, os de áreas mais pobres.

Nessa perspectiva, a massa populacional (opcional e ou forçadamente) deslocada e constituída de visionários de uma melhor condição de vida (aparentemente garantida) para o seio das grandes cidades, encontrou sobre as cidades médias uma opção fora dos quadros metropolitanos. A responsabilidade pensada às cidades médias seria aí de uma “válvula de escape” aos problemas das gigantes urbes regionais brasileiras. Como se vê, a tessitura do termo cidades médias no Brasil ganha sentido, além do descrito, também ao fato de fortalecerem uma conexão de relação entre as grandes e pequenas cidades.

A integração, pensada como uma “missão” dada estas cidades, paulatinamente, foi também adicionada de um papel funcional de intermediação na dinâmica econômica regional, operando como “centros importantes nas redes de circulação de bens e serviços, vez que estão localizados nas posições intermediárias da rede urbana, estabelecendo relações entre as cidades de maior e menor porte” (Sposito, 2001).

Em outra perspectiva, guiado pelas tendências da ampliada rede de conexões de comunicação e economia global, encontra-se o pensamento de Leitzke e Fresca (2009), expondo que a cidade média não necessariamente precisa ser ou estar como o elo entre as pequenas e grandes cidades, uma vez que a “globalização permite-nos ir além da simples relação entre duas cidades separadas apenas por um nível hierárquico. Ou seja, a população de uma cidade pequena não precisa recorrer mais à cidade média como elo à grande” (Leitzke; Fresca, 2009).

Nesse contexto, uma nova ordem urbana, notadamente, no interior da tradicional hierarquia urbana brasileira, vem sendo assistida fortemente desde a década de 1990. É vislumbrado uma reorganização/reformulação dos papéis das cidades, bem como o posicionamento de importância regional e ou nacional das mesmas, a partir de novos “diálogos” e capacidades de relacionamentos. Essa nova condição vem permitindo, portanto, nos últimos anos, “surgimento de uma rede urbana embrionariamente policêntrica, com maior ou menor qualificação, no interior da região Centro-Sul; no Brasil Central, no Nordeste não litorâneo e em parcela do “arco da ocupação” da região Centro-Norte” (Simões; Amaral, 2011).

Considerando ainda o uso de critérios balizadores para construção nominal e definidor do que seria uma cidade média, se faz destacado, a do seu tamanho populacional (se não o mais comum, porém, menos consensual). As discordâncias foram detectadas entre os seguintes estudiosos: Andrade e Lodder (1979) consideravam cidades médias, centros urbanos com população entre 50 mil e 250 mil habitantes. Já Santos (1994) definiu 100 mil como limite mínimo para as cidades médias, destacando sua capacidade funcional.

Outros posicionamentos ainda são válidos destacar, pois na:

visão da CEPAL, cidade média é considerada como sendo aquela cidade que apresenta uma população entre 50 mil e 1 milhão de habitantes; já para Soares (2005), as cidades médias são representadas por um tamanho populacional entre 200 mil a 1 milhão de habitantes; por sua vez Maricato (2001) coloca entre os limites de 100 e 500 mil habitantes [...] (Stamm, 2010).

O não consenso a partir do critério demográfico (revelado apenas pelas quantidades) está longe de ser efetivamente adotado para compreensão das totalidades e particularidades urbanas em discussão, já que ano após ano, o repertório populacional é dinâmico, impreciso e variável nos seus respectivos contextos regionais de localização. Nessa oportunidade lembramos de Pereira (2005), que mesmo se valendo do uso da nomenclatura médio, colabora para avançar na definição para além dos números: a valorização da capacidade funcional. Seu pensamento sinaliza para tal,

os indicadores de níveis de consumo e o comando técnico da produção, elementos chaves para a definição do papel destas cidades na rede urbana.

A funcionalidade assumida, diferente daquela do planejamento adotado no Brasil nos idos dos anos 1980, dentro de sua área de localização, agora é pautada em sua capacidade de “funções e, principalmente ao papel que desempenham na rede urbana regional, nacional e internacional” (Branco, 2006). A capacidade assumida é reflexo das transformações econômico e produtivas experimentadas em âmbito nacional e mundial, principalmente a partir da falência do modelo fordista e ascensão do novo paradigma produtivo denominado de acumulação flexível.

As reestruturações produtivas capitalista e espacial foram materializadas em selecionadas partes regionais no país, seja em ofertar bens, seja ainda pela disposição e possibilidades à serventia de reprodução desigual dos investimentos, permitindo às ditas cidades médias, a capacidade de serem “centros urbanos com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlandia” (Pontes, 2006).

O amadurecimento destas diferentes visões, nas diversas literaturas e entre diferentes pensadores (de cunho quantitativo a qualitativo) nos leva a crer, não à toa, em diferentes escalas de localização (local x regional x nacional x internacional) e recortes de tempo, na importância que as cidades denominadas médias vêm ganhando. Não é contudo, a denominação que lhes é dada e, suas distintas conceituações até aqui expostas, que satisfazem suas realidades atuais, pois assistimos, dada as dinâmicas das mesmas, a uma forte reestruturação, reorganização e novas ocupações de patamares na rede urbana brasileira, o que nos convence que o termo cidade média e seus correlatos não assumem mais função explicativa e condições para reflexão.

O dinamismo a partir deste agrupamento de cidades nos dá, portanto, provas e condições para que as vejamos para além da expansão dos limites físicos: como novos lócus econômicos. Receptores e indutores de importantes transformações sociais. Comando e reorganização regional. Um novo sentido de uso e existência do território, via Cidades de Comando Regional (nominação e conceituação que exporemos logo mais adiante). Deste modo, respondemos então a interrogação que ilustra este primeiro subtítulo: tamanho não é documento, mas sim, capacidades, papéis e determinações de comandos regionais que as cidades exercem.

Além dos critérios que são considerados para a composição e tentativa conceitual, gostaríamos de ampliar o leque, informando de que nada adianta perceber tais agrupamentos de cidades, enaltecendo seus cenários evolutivos de representação regional/nacional, revelados em incriveis números nos variados setores (econômicos, sociais, políticos, entre outros) se não pensarmos que tais quadros de transformações são uma espécie de reprodução de condições de uma “segunda Capital”, fora da Capital dos seus estados de origem.

Esclarecendo: se considerarmos a dinâmica de implantação de novos arranjos produtivos (na trajetória de organização dos respectivos espaços), as ações dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, por meio de diferentes atuações e pretensões sobre o uso da terra urbana que muitas vezes são alinhadas (e motivadoras) de determinações políticas de gabinetes (construção e implementação tecnocrática centralizada), teremos em comum entre a grande maioria destas cidades: a exaltação da terra urbana como importante mecanismo de troca e uso para os agregados do capitalismo, ampliando assim um quadro de desamparados sociais que efetivamente não participam e ou se beneficiam desse processo. Temos ai, então, a necessidade de uma agenda política que veja tais cidades a partir de suas reiteradas realidades, semelhança e imagem do que se processou e acumulou em tempos pretéritos nos grandes centros metropolitanos.

## INSCRIÇÃO DA CIDADE NA REGIÃO: QUADROS DE UMA ORIENTAÇÃO POLITICA

As acumuladas transformações socioespaciais que o Brasil experimentou em fins da década de 1980 e durante os anos 90, sinalizaram novos rearranjos sobre a rede urbana brasileira, oportunidade em que os novos padrões de localização das relações de produção e reprodução do capitalismo imprimiram novas marcas em selecionadas cidades, fora dos quadros metropolitanos, evidenciando a forte relação das cidades (interioranas) e seu recorte regional, configurando-se aí, como novas entidades “oriunda da integração de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas” (Hortêncio, 2015).

A integração, segundo os moldes planejados e apontados anteriormente, seja na Europa e ou Brasil, guarda em si os motivos da força da urbanização no interior do país, evidenciando potencialidades regionais para investimentos até então desprezadas. Este fato, não por acaso, tem desde então orientado novos olhares e perspectivas de análises sobre estes novos quadros urbanos, fato que merece apontamento, a partir dos esforços de síntese das seguintes publicações: “Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil” (IPEA/IBGE/NESUR, 1999); “Rede urbana brasileira” (REGIC IBGE, 2007), além do documento intitulado “Regiões de Referência” (MPOG, 2008).

A expansão e amadurecimento desse debate, em diferentes recortes de produção do conhecimento, vêm provocando então a reflexão em torno dos papéis assumidos pelas conhecidas “cidades-regiões” ou ainda, as “cidades-regiões globais”. Nesse sentido, as contribuições que propõe outras perspectivas teóricas mais recente são: Albuquerque, 1999; Agnew, 2000; Scott, et all. 2001; Geiger, 2001; Klink, 2001. A inserção e soma dos termos cidade e região, a nosso ver, além de serem complementares (e justificáveis) às realidades as quais edificam, colaboram para minimização do valor quantitativista ainda percebido sobre as cidades médias e assim, a persistência/defesa de outras nomenclaturas correlatas.

A inscrição da cidade no contexto de relações com outras unidades municipais e áreas rurais à sua região se faz autenticada pelos relevantes cabedais de investimentos produtivos (por meio de diferentes externalidades assim orientadas), faceta ímpar da lógica de flexibilização da produção, conduzindo assim a “rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto em regiões geográficas” (Harvey, 1996).

A importância assumida das ditas cidades (médias) nesse processo, junto de outras áreas (municipais e rurais) de influência, é a de uma soma de totalidades dentro de outras totalidades. Esse fato é comprovado quando da materialidade de condições, em pontos específicos destas cidades. Assiste-se então, ao uso da terra urbana para moradias de médio e alto padrão. Novos fixos, ao tempo que são orientados para suas localizações em lugares estratégicos no contexto da malha urbana, movimentam e alienam os diferentes e dependentes fluxos de pessoas, capitais e condições.

Nesse movimento dinâmico, bairros e ruas são refuncionalizados. Novas centralidades e ou subcentralidades urbanas são erguidas. Antigos prédios, recortes memorialísticos da história local passada, são apagados e ou descaracterizados pela necessidade de sobreposição do novo sobre o velho. Novas ruas e avenidas, por meio do progresso material no espaço urbano usurpam o resto do conjunto ambiental ainda sobrevivente. Estes fatos em conjunto forçam a (re) organização interna destas cidades, criando condições das totalidades apontadas.

Temos aí então, conjunto de condições, não totalmente elencados, para o desenho de um progresso e desenvolvimento urbano, em poucas décadas, experimentada por estas cidades. As novas formas, condições e conteúdos urbanos são bancados pela violência dos investimentos capitais. Reforçam estas, as alianças político/econômicas, por meio de programas tencionadores de integração e desenvolvimentos regionais. Ambos, alienando o território a comportamentos de reprodução, estando tais cidades nesse sentido, desenhando a composição de um “novo regionalismo”, mensurado nos princípios da coesão de regiões, lançados à competitividade global, fato bem observado por Klink (2001).

Essa competitividade nos remete lembranças que a tentativa de manutenção de seus *status quo*, no cerne dialético e seletivo de investimentos capitais tem base de sustentação em sua continuada formulação de imagem e *marketing* como tentativa à sua constante inserção no mercado competitivo com variados rebatimentos, em especial, os que “atinge o consumo, os modos de vida e as formas de apropriação do espaço, mediadas por novas formas de exercício do poder e pelas estratégias atualizadas das políticas urbanas” (Sánchez, 2003). O exercício dessa elaboração implica então em mencionar às práticas do *City Marketing*.

Este na verdade, se reveste de um termo que passou a significar promoção ou, até mesmo, competitividade da cidade como um todo sendo que tal atitude não se limitaria a um desejo de melhora do tecido urbano-arquitetônico da cidade, mas marcaria, na verdade, a adesão da cidade às novas tendências internacionais, que partiriam da premissa que a “qualidade do espaço urbano encontra-se vinculada ao aumento da competitividade” (Pereira, 2013).

Nessa perspectiva, a valorização do *City Marketing*, também seria fruto da atual conjuntura econômica mundial, na qual se desenharia uma situação cada vez mais instável para as cidades, com implicações em “seus modelos de desenvolvimento, suas funções e suas morfologias” (Sánchez Garcia, 1999). Essas ideias vão ao encontro da nossa reflexão que busca colaborar em uma apresentação nominal e composição conceitual. Ademais, a promoção das cidades adjetivadas de médias, seus papéis e determinações regionais acumulados, tem vinculação direta com os esforços políticos, na busca de inseri-las nas disputas competitivas e seletivas dos investimentos e assim, valorizando sua localização na região.

A dimensão de transformações no interior das cidades médias resulta das perspectivas vantajosas que passaram apresentar, conforme já discutido, quer seja para morar, quer seja, para investir. Endossou ao longo do tempo esses motivos, os insustentáveis graus de saturação instaurada nos grandes centros metropolitanos no Brasil, dado a escalada de violência e desigualdades, historicamente acumulados. Se somam ainda, os elevados tributos referentes ao uso da terra urbana, reforçadores da carestia de vida. É mencionado ainda, o avolumamento dos problemas de ordem ambiental, em formatos diversos.

Conforme mencionado no último parágrafo do primeiro subtópico deste artigo, revelamos nossa preocupação em reconhecer que o dinamismo alcançado pelas cidades médias tende a formatá-la (em um futuro não muito distante) tal qual as grandes cidades, com seus respectivos problemas, espacial e historicamente acumulados. Faz defesa nesse sentido, a forte expansão e transformação física destas cidades, em diferentes partes do país, resultante de seu quadro de crescimento e dinamismo econômico, enquanto “caixa de ressonância” de suas regiões.

Frente a isso, posicionamos três pontos que podem ajudar a pensar tais cidades sob a perspectiva do planejamento. Considerar a importância dos mesmos é instigar a renovação dos critérios formulados até então na eleição conceitual e nominal a estas cidades:

1 – A sempre necessária promoção de pactos territoriais, de cunho governamental municipal, uma vez que tende haver o extrapolamento dos limites físicos destas cidades sobre outras ao seu entorno;

2 – Dada a dinâmica de usos e valores do solo urbano, em diferentes perspectivas, contextos e recortes de tempo, as demandas sociais, empiricamente falando, são avolumadas e na maioria das vezes, não são atendidas, fato que exalta as diferenças entre os que podem comandar e viver as/nas cidades;

3 – A ausência e/ou fragilidade de uma agenda política e social comprometida com as diferentes partes destas cidades em aceleradas dinâmicas. Isso contribui para o crescimento de problemas ambientais; o mal funcionamento da mobilidade populacional; ampliação sem limites do circuito inferior da economia. Além disso, crescentes parcelas da sociedade que não possuem acesso a itens essenciais à continuidade da vida, dada as parcas vagas em escolas, hospitais, creches, etc.

Como se percebe, as transformações destas unidades urbanas se fazem edificadas quase que pelos mesmos processos aos quais, as grandes cidades brasileiras em tempos pretéritos passaram e que sobre aquelas, tendem a se reproduzir. Como não se trata de um dinamismo fechado, mas sim articulado, em graus diferenciados, com outras unidades municipais da região polarizadas pelas cidades médias, as ações e orientações políticas em tal óptica fazem sentido.

Muitas das transformações foram motivadas pela relação conivente entre capital e exercício do poder político, historicamente processados nos diferentes recortes municipais. Como resultado, assistimos no passado, como em tempo presente, a consecução de materialidades espaciais, reveladas por arquiteturas infraestruturais que dessem condições reprodutivas não apenas aos investimentos/investidores, mas que também viabilizassem facilidades de escoamento de capitais, mercadorias e pessoas no interior dos (entre) diferentes recortes regionais e territórios urbanos.

Pensando no frenesi de transformações que tais cidades foram e ou estão sendo acometidas, no bojo de seus recortes regionais, vislumbramos conclusivamente então que as arquiteturas urbanas regionais de nosso tempo não se dão de forma una e isolada de condições pretéritas e nem tão pouco foram pensadas por necessidades e ou demandas historicamente regionais e locais. Em verdade, o que faz destas cidades e seus pedaços regionais escolhidos para investimentos é a lógica que Milton Santos (1996) fala da ordem global. Esta busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. Nesse movimento, os lugares respondem ao Mundo, consoante diversos modos embutidos em sua própria racionalidade.

As reflexões até aqui posicionadas, mais uma vez dão justificativas para contribuição a uma renovação nominal e conceitual que propomos como “Cidades de Comando Regional”, em detrimento do uso costumeiro acerca do termo médio/intermediário. É permitido por meio desta proposição, um sentido de cidade menos quantitativo e mais ativo/participativo, uma vez que lhe é exigida o cumprimento de um protagonismo de comando coletivo. Temos então de forma dinâmica, atuando em conjunto, dentro de um quadro regional, três grandes representações com forças intrínsecas: sociedade, economia e política.

Se reportando a este último especificamente, entendemos o mesmo enquanto intermediador principal para consecução de projetos de articulação/conexão, com outras unidades municipais, nas escalas regional, nacional e mundial, com vistas a um desenvolvimento urbano e regional. Enquanto tal, cria condições para uso do território urbano, como reprodução de uma forte mais valia, margeada pelas condições ditadas no contexto do Mundo “moderno e globalizador” das relações.

Entretanto, na produção de um roteiro de ambições políticas sobre tais cidades (que não são necessariamente, as de sociedade), vão havendo percas de garantia do direito à cidade. Nesse sentido e considerando o que dizíamos anteriormente sobre a necessidade de repensá-las numa perspectiva de planejamento, estas cidades deveriam se apresentar como um “projecto colectivo e mobilizador alargando os horizontes de um viver em conjunto cimentado em interações sociais e políticas que alimentariam uma comunidade, e não o resultado de políticas públicas unilaterais” (Seixas, 2013).

### **CIDADES DE COMANDO REGIONAL: NOVA PERSPECTIVA TEÓRICO/CONCEITUAL**

As discussões postas até aqui arrolaram além de inquietações no formato de reflexões teórico/conceituais sobre o que são e ou representam as cidades médias, também contribuições para que enxerguemos que o termo ‘média’ e suas variações não mais (ou dificilmente) conseguem dar sustentação conceitual e também classificatória assumida por este agrupamento de cidades.

A defesa dessa ideia, já justificada anteriormente, nos instiga através do diálogo, a partir de autores referenciados (e muitos outros não mencionados), oriundos de diferentes orientações teórico-metodológica, contextos históricos e formações disciplinares diferenciadas, a pensar a importância destas cidades, por meio de suas regiões. A importância de se pensar a cidade e região, no contexto do território usado e fragmentado, pelas diferentes forças do capitalismo produtivo, é feita a partir de três abordagens que se entrecruzam.

A primeira é que impossível estudar cidade e regiões, suas conectividades e cumplicidades, em suas particularidades, notadamente, quando da perspectiva das dinâmicas assumidas pelas ditas cidades médias, se não destacarmos a emergência de Redes Urbanas que se fazem entendidas como “dimensão sócio-espacial da sociedade” (Corrêa, 2006).

A segunda, dito em parágrafos anteriores, é que as cidades (médias) são resultados de uma “corrida”, a partir de sua “venda” aos diversos investimentos, fato oportuno que lhes conferem capacidades de comando regional, pressuposto (mesmo que utópico) de um desenvolvimento regional. Se isso é verdade, então, podemos pensar que a região não é neutra. A mesma dá condições para que as cidades se apresentem como tal, mas também, oportunidade em que a “região dá sustento a cidade ou eventualmente, pode-lhe sugar forças” (Sassen, 1998). Esse sugar sugere então certa independência das cidades de seus recortes regionais, haja vista a complexidade e conectividade global das relações em quebrar barreiras e hierarquias de relacionamentos.

Uma terceira visão e que busca superar o posicionamento da anterior é a que evidencia importância e valorização de uso das escalas, na tentativa de compreensões das transformações espaciais, nas diferentes dimensões, momento que Brenner (2013) convoca outras possibilidades

de análises para a proposição de novas opções para tratamento, uso e aplicação das escalas geográficas.

Mencionar essas abordagens é reconhecer que as transformações territoriais no Brasil, particularmente, das últimas três décadas, resultam de articulações de interesses, envolvendo Estado e atores de poder hegemônico capital, associado com as transformações impostas pelo contexto da globalização. Estes fatos têm permitido a fragmentação de responsabilidades dos grandes centros metropolitanos e assim a emergência de papéis e funcionalidades para novas lógicas de organizações socioespaciais regionais que vêm se dando a partir das denominadas cidades médias.

Avançando rumo ao objetivo do texto, lançamos mão de um quadro síntese (quadro 1) a seguir, onde fizemos um esforço de reunir alguns elementos que tradicionalmente foram tomados para identificar e assim, significar o conceito de cidades médias.

O quadro foi construído a partir da análise de alguns pensadores que para nós são referências nesse debate. Nesse sentido, se buscou identificar um conjunto de elementos adotados por cada autor, com vistas à compreensão da construção conceitual de cidade média. Foram organizadas cinco colunas a saber: elementos adotados<sup>2</sup>; destinação<sup>3</sup>; papéis/funcionalidades; atributos urbanos<sup>4</sup> e agenda pensada<sup>5</sup>. O elencar deste agrupamento revela de fato a forma e sentido como se encaminhou os debates teórico/conceituais sobre cidades médias.

---

<sup>2</sup> Tomados pelos pensadores como referência para defender a ideia terminológica de cidade média.

<sup>3</sup> Os propósitos dado às cidades enquanto classificação de média.

<sup>4</sup> Fatores a serem considerados na escolha destas cidades para moradia e ou investimentos.

<sup>5</sup> Critério por nós pensando e discutido de forma pontual por alguns dos pensadores aqui arrolados (Castello Branco, Corrêa), porem, não à luz e modo ao qual foi pensada essa discussão. Nessa possibilidade, defendemos a necessidade de incorporar, de forma explícita nas literaturas, que discutem conceituação sobre estas cidades, quais ações políticas de planejamento urbano estão sendo e ou poderão ser pensadas e concretizadas para equilibrar/sanar as dicotomias socioespaciais, oriundas das dinâmicas de transformação destas cidades.

Teóricos	Elementos Adotados na definição	Destinação	Papeis/ Funcionalidades	Atributos urbanos	Agenda pensada
Rocheffort (1962)	Tamanho populacional; Organização interna; Relações externas.	Dispersão espacial da população e atividades econômicas	Revezamento de funções entre a maior e menor cidade	Não	Não
Andrade e Lodder (1979)	População entre 50 e 250 mil habitantes; Funcionalidade urbana, enquanto potencialidade econômica.	Marcada pelo acúmulo de sub empregos, forte economia terciária e grande pobreza urbana.	Indutoras de desenvolvimento regional	Não	Não
Ferrão Henriques; Neves (1994)	Inaugura nova tipologia entre as cidades: intermediárias; Posições estratégicas para investimentos, regionais e nacionais.	Nova tipologia, novas cidades do futuro; Renovação urbana por novas materialidades	Potencialidades urbanas conectadas as escalas nacional e internacional; responsáveis para o desenvolvimento regional	Valorização das condições ambientais/ecológicas; Modernização das cidades, sinônimo de melhores qualidades de vida	Não
Amorim Filho; Serra (2001)	Aptidão na recepção/fixação de migrantes; Importância demográfica e funcional.	Mobilizador de movimentos migratórios às grandes cidades.	“Válvulas de escape” ao bom funcionamento do sistema capitalista produtivo; assumem papel de articuladores e intermediários nas escalas regionais/nacionais	Condizentes para uma melhor qualidade de vida; Mantenedores de um patrimônio histórico e urbano.	Não
Sposito (2001;2007)	Áreas de influências mediada pelas distâncias espaciais e conectividades; não inscritas nos quadros metropolitanos	Espacialidades urbanas orientadas mais para o consumo do que para produção; A partir de diferentes dinâmicas de integração, tem redefinido da rede urbana e os papéis das cidades médias.	Centros intermediários da economia; Polarizadores regionais; Fixadores de fluxos migratórios rumo às metrópoles.	Não	Não
Castello Branco (2006)	Portes econômicos e demográficos; Diferenciados graus de urbanização e qualidade de vida.	Nós articuladores entre as grandes e pequenas cidades;	Influenciadores nos sistemas de redes regionais e nacionais; Capacidades para desenvolvimento regional.	Ofertas de infraestruturas e facilidades de circulação.	Não.
Corrêa (2007)	Porte demográfico; Funções urbanas.	Integração econômica, funcionalidades urbanas e diferenciação demográfica comparado às grandes metrópoles.	Posicionamento e localização geográficos privilegiados para os investimentos; Promotores de intensas interações espaciais.	Não	Não

Quadro 1: Quadro síntese sobre discussões teórico/conceituais acerca das cidades médias. Fonte: organização do autor (2016).

Conforme se vê, a última coluna prepondera o 'não', como item à resposta de uma necessária agenda de planejamento sobre as dimensões de problemáticas que um dia podem adquirir as cidades médias. Este fato se mostra ausente nas diversas literaturas e pensadores. Entendemos necessário incluir tal questão nos critérios que tentem avançar no debate teórico/conceitual para este agrupamento de cidades.

É importante perceber, por meio das contribuições analisadas, algumas especificidades, a partir dos critérios contidos em suas produções, comumente, são evidentes:

- a) A dimensão populacional, como elemento chave que tentar definir o que são cidades médias;
- b) O vetor de potencialização econômica, pressuposto de capacidade de polarização de seu entorno geográfico, o que nos remete a pensar no encaixe e interdependência entre cidades e suas regiões. Esse fato (associados a outros) nos permite raciocinar que o sentido de denominá-las ainda de médias foge da realidade a qual se apresentam e ou representam;
- c) As cidades médias, no que se refere aos motivos de atração, para se viver e ou investir, tem importância fortemente vinculada à capacidade infraestruturante e menos saturada, comparadas aos grandes centros metropolitanos.

A partir da reflexão posta, lembramos que a contribuição ao debate conceitual para este agrupamento de cidades, localizadas em recortes geográficos regionais distintos do Brasil, não tenciona ser uma totalidade fechada de compreensões. Somos cientes que uma cidade com menos de cem mil habitantes (a exemplo de Picos/PI) e outra com quinhentos mil ou mais habitantes (a exemplo de Osasco/SP), numérico e qualitativamente são distintas. Contextos de organização espacial, também diferentes. Mas ambas, têm algo em comum: o movimento de transformações e comando de um recorte regional convergem da capacidade de atração de fluxos de investimentos. Nisto, resultam uma série de rebatimentos em seus conteúdos, qualidades de vida e posicionamento de importância na ordem da hierarquia urbana.

Lembrando da importância de uma proposição conceitual na construção do conhecimento científico, temos então que a mesma se apresenta como um "instrumento metodológico do conhecimento que expressa a essência do objeto; essência esta que, no caso tratado, revela as leis de movimento de uma realidade regional: sua origem, desenvolvimento e, eventualmente, seu desaparecimento" (Breitbach, 1988).

Nesse processar, o papel das ciências no processo mobilizatório na produção dos (novos e sempre necessários) conhecimentos se faz mensurado pelas capacidades de desvendar o mundo, "explicitando o conteúdo, organização e rebatimentos de seus fenômenos, nas diferentes escalas espaciais, oportunidade em que é possível "ler" as diversas realidades que se materializam nos diversos lugares" (Lima, 2014).

É nessa possibilidade que as diversas "leituras" em destaque são permitidas pelas ações empíricas de análise, momento em que os objetos de estudos conseguem transmitir impressões (geralmente superficiais), que muitas vezes não conseguem dar respostas precisas e definidas no processo investigativo sobre os objetos investigados.

É aí que as ciências, via arranjos metodológicos e instrumentais de trabalho conseguem ratificar e ou negar o que fora pensado em termos hipotéticos construídos no processo investigativo em que o sujeito pesquisador se propõe a fazer. Assim, na relação empiricista e metodológica há sempre a

possibilidade conectiva entre os elementos do “real e ao mesmo tempo, a essência do objeto e a sua manifestação: entre elas há uma relação íntima, necessária e contraditória, cabendo à ciência desvendar essa relação” (Breitbach, 1988).

Nesse íterim de movimentações da relação em apreço é que surge então a formulação de conceitos, onde esta possibilidade “significa dizer que se teve acesso à essência do objeto, a partir do que podem ser percebidas as leis de movimento do real, seus desdobramentos, sua estrutura interna” (Breitbach, 1988).

A essência em questão é a que parte dos pressupostos teóricos aqui usados, na construção dos diálogos e considerando a realidade do que são e representam o cabedal das tarimbadas cidades médias é que propomos denominá-las de “Cidades de Comando Regional.” Estas seriam todas e quaisquer cidades, independente de seus tamanhos, mas dotadas de capacidades produtivas, com funcionalidades diversas e inseridas dentro dos diferentes circuitos de investimentos capitais, tomando por base, suas potencialidades regionais, responsáveis para processos de integração e desenvolvimento regional.

Pela construção conceitual, as ditas cidades médias carregam consigo duas marcas inseparáveis: funcionalidades e a capacidade de potencialidades. Esta última, além de ser imediato interesse dos investidores diversos, termina justificando a primeira, logo, a marca e representatividades destas cidades, dentro de seu quadro regional

Partindo desse entendimento, há então condições para se falar em processos de integração regional a partir dos graus de envolvimento entre as cidades, pressuposto impar para o entendimento do desenvolvimento regional, haja vista dois primas escalares tenderem a serem reproduzidos, primeiramente, na escala:

intra regional, ou seja, os fatores e as mudanças econômicas e sociais que ocorrem internamente na região e fortalecem a sua coesão territorial; a segunda, a integração inter regional, ou seja, os fatores e as mudanças econômicas e sociais que ocorrem na posição geopolítica e econômica da região em relação aos territórios vizinhos ou além das suas fronteiras.

Ao que parece, esta tentativa conceitual tenta abarcar todos (ou quase todos, se não, os mais evidentes) elementos embutidos nos critérios dos pensadores arrolados para esta discussão. Buscamos inserir, porém não apenas priorizando, as dimensões populacionais, econômicas e produtivas, mas sobretudo, o reconhecimento de representação regional, a partir das cidades. O diferencial está em poder perceber que o vetor regional aparece explícito, atestando a ideologia de que não existem cidades sem regiões e vice-versa e particularmente, suas funcionalidades, determinações e papéis que dialogam em diferentes escalas do território e mundo.

Como dito anteriormente, não pretendemos desconstruir/desqualificar o pensamento que se avançou conceitualmente sobre as cidades médias. Nossa intenção foi prolongar o debate, lançando mão de um novo olhar. Nesse propósito, a operacionalização desse conceito, além de permear novos diálogos/reflexões com geógrafos e planejadores e urbano regionais, bem como sociólogos e demais pesquisadores e interessados com a temática, também busca aproximar/integrar a perspectiva da análise regional, a outras áreas que não necessariamente, sejam as já tradicionais envolvidas, tomando como referência, estas cidades.

O conjunto de rápidas e acumuladas transformações, o papel de gerenciamento regional posto por tais cidades, considerando os conteúdos capitalísticos que se edificam numa velocidade frenética, tal qual ocorreu nas grandes metrópoles de nosso país e sua ampliada escalaridade de relações não só regional, nacional, mas também internacionalmente, projetam motivos para se refletir conceitualmente estas cidades enquanto de comando regional e não apenas como médias. Temos que pensar que as dinâmicas de transformações regionais são processualmente dinâmicas e nesse ponto, o a expressão em defesa, revela em si o conteúdo e realidade que são estas cidades.

O mesmo não pode dizer do termo médio, já que constantemente, é capturado o soar de tamanho, como um conjunto fechado que não permite ver que dentro de um recorte regional há uma animação pelos fluxos de capital e seus agentes que inevitavelmente “encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases de desenvolvimento (HARVEY, 2004, p.51).

### **À GUIA DE UMA CONCLUSÃO**

Um dos primeiros parágrafos da parte introdutória do presente texto fez algumas provocações. A colocação além de intencional, foi necessária para abertura da discussão aqui objetivada. Por meio dos diálogos com diferentes autores, pudemos ver como historicamente se deu a constituição e a escolha dos critérios/elementos para definição do que seriam as cidades médias. Alguns vários destes, mesmo depois de muito tempo, mantiveram/mantém “vida” nos discursos e prateleiras acadêmicas. Talvez daí, ainda pensar e defender tamanho populacional, grandeza física adquirida sobre tais urbes, sejam fatores persistentes de defesa quantitativa que ainda denomina tais cidades.

Tomam carona nessa última defesa, a percepção da falta de um consenso acerca do uso do termo médio e suas variantes para estas cidades. Por meio desse fato, pensamos que em algum momento, tal condição estaria enrijecendo o avançar dos debates acadêmicos. Foi dado ai, o mote influenciador para nossa proposição conceitual. Apontar uma alternativa teórico/conceitual não anula e nem pretende esgotar a discussão. Longe disso, buscamos animar o debate, sobre um novo holofote e que se faz guiado em várias direções de uso, pois academicamente, a discussão das cidades médias é expandida para outras áreas do conhecimento. Este fato a nosso ver é importante e necessário, pois cria capacidades de que o direcionamento em destaque amadureça novos olhares. Regule novos posicionamentos. Desarme velhas convicções que pouco mudaram, face às constantes, complexas e dinâmicas transformações que diuturnamente perpassam sobre as cidades que denominei de “Cidades de Comando Regional”.

O lembrete das duas inquietações e suas justificadas respostas aqui em amostragem nos posicionam para a última que foi pensar, face a tudo que foi discorrido e não é novidade, mas foi necessário questionar: o termo médio, sobre estas cidades, ainda consegue dar conta de explicar as realidades ímpares em diferentes recortes regionais do país? A proposição conceitual não nasceu ao mero acaso (reafirmando que também não deseja ser totalidade). Sua apresentação pressupõe um novo olhar. Este, considera ver e apreender tais cidades para além dos números: um novo esboço regional que se integra por e a partir de outras regionalidades.

Assim, outros ângulos de análise, acompanhados de novos critérios que deem possibilidade de ver as cidades em discussão, não como um número de “quadrados territoriais” (que nas últimas décadas, quantitativamente têm crescido no Brasil) de intensas transformações em seus interiores

e que aumentam espantosamente, via números (físico, econômico, produtivo, populacionalmente, etc.) ano após ano, devem se revestir do sentido que acompanha a exposição conceitual.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. From the political economy of regions to regional political economy. *Progress. Human Geography*, v. 24, v. 1, p. 101-110, 2000.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Região urbana global Rio-São Paulo: condições de viabilidade, razões para a integração. Relatório elaborado pelo IPEA no âmbito do projeto BRA/ 92/028. Rio de Janeiro, 1999.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34
- \_\_\_\_\_; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Ouro Preto, 2002,. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 1-22.
- ANDRADE, Thompson.; LODDER, Celsius Antonio. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. IPEA/INPES, 1979. 146 p.
- BRANCO, Maria Luisa Castello. As cidades médias no Brasil. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277
- BRAVO, Maria Tereza D. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. *Revista Geográfica Venezolana*, Caracas, v. 38, p.153-164. 1997.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda . Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988. 96 p.
- BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. *Geosp: espaço e tempo*. São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002. 94 p.
- \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.
- \_\_\_\_\_. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- FERRÃO, João.; HENRIQUES, Eduardo Brito; NEVES, António Oliveira das. Repensar as cidades de media dimensão. *Análise social*, Lisboa, v. XXIX, p. 1123-1147, 1994.
- FRANÇA, Iara Soares de.; PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro; MEDEIROS, Douglas Leite. *Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior: Estudo de Montes*

Claros, no Norte de Minas Gerais. Revista Formação, Presidente Prudente, v. 2, n.16, p.52-70, 2009.

FRESCA, Tânia Maria. Organização e dinâmica urbana: convergência e divergência na análise do urbano. Geografia. Rio Claro, v. 36, p. 17-25, Set. 2011.

GEIGER, Pedro Pinchas. Novas estruturas urbano regionais: a categoria região cidade global. In.: SPÓSITO, M. E. (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, FCT, 2001. p. 69-76.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 349 p.

\_\_\_\_\_. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.

HORTÊNCIO, Leonardo Marques. Cidade-Região: Revisão de conceitos a partir de uma perspectiva histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, Belo Horizonte, 2015. Anais do XVI ENANPUR. p. 1-14.

KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 222 p.

LEITZKE, A.; FRESCA, Tânia Maria. Londrina não é cidade média. In: SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, Londrina, 2009. Anais da XXV Semana de geografia da UEL. p.1-15.

LIMA, Jandir Ferrera de. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. Revista Ideação, Foz do Iguaçu, V. 12, n. 1, p. 09-20, 2009.

LIMA, Juscelino Gomes. Dinâmicas Urbanas em Espaços Sertanejos Cearenses (DUESC): novas configurações do urbano e ações imobiliárias em Sobral/CE. 2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2014.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. Caminhos de Geografia, v. 15, p. 119-133, 2014.

PEREIRA, Anete Marília. A propósito das cidades médias: algumas considerações sobre Montes Claros. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 1., Presidente Prudente, 2005. Anais do I Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, 2005. p. 1-13.

PEREIRA, Marlene de Paula. A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano. Revista de Ciências Humanas. Viçosa, v. 12, p. 446-460, 2013.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidades Médias: produção do espaço regional, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.327-346.

ROCHFORT, Michel. L'Organisation urbaine de l'Alsace. Paris : Les Belles Lettres, 1960, 384 p.

- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003. 555 p.
- \_\_\_\_\_. Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. Revista Paranaense de Geografia, n. 4, 1999.
- SANFELIU, Carmen Bellet.; TORNÉ, Josep Maria Llop. Miraa a otros espacios urbanos: lãs ciudades intermédias. SRIPTA NOVA, Barcelona, v.VIII, n.165, 2005.
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 190 p.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994. 176 p.
- \_\_\_\_\_. A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 259 p.
- \_\_\_\_\_. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 55-75.
- SEIXAS, João. A cidade na encruzilhada: Repensar a cidade e a sua política. Lisboa: Edições Afrontamento, 2013. 351 p.
- SIMÕES, Rodrigo; AMARAL, Pedro Vasconcelos. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. Economia. Brasília, v. 12, p. 553-579, 2011.
- SCOTT, Allen; AGNEW, Jonh; SOJA, Edward W. .; STORPER, Michel. Cidades-regiões globais. Espaço & Debates, São Paulo, n. 41. 2001. p. 41-25.
- SPOSITO, M. da E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. São Paulo: UNESP, FCT, 2001, p. 609-643.
- \_\_\_\_\_. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.
- STAMM, Cristiano; WADI, Yonissa Marmitt; STADUTO, Jeferson Andronio Ramundo. São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional?. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, p. 66-91, 2010.